

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE os autores** Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL

Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4786853T7>

RESUMO: Este trabalho analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global. Considero que a escalada da violência institucional dirigida a juventude negra expressa uma convergência entre o racismo e controle social, no interesse da burguesia em um momento de crise de acumulação do capital e de crise de hegemonia burguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Institucional; Racismo; Estado burguês; hegemonia; classes sociais.

ABSTRACT: This paper analyzes the articulation between racism and the institutional violence of the Brazilian State in promoting the genocide of black youth as a structural component of class oppression. From the consideration of what was the constitution of racism in Brazil its specificities and its relation to the process of expansion of capitalism on a global scale. I believe that the escalation of institutional violence directed at

black youth expresses a convergence between racism and social control, in the interests of the bourgeoisie at a time of crisis of capital accumulation and crisis of bourgeois hegemony.

KEYWORDS: Institutional Violence; Racism; Bourgeois state; hegemony; Social classes.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil se inscreve no mapa da violência mundial hoje como um país onde está em curso um genocídio negro. A anistia Internacional lançou a campanha “Jovem Negro Vivo” e a Câmara dos Deputados instalou em 4 de março de 2015 uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Homicídios de Jovens Negros e Pobres. Os dados são alarmantes, mais da metade das mortes violentas ocorridas em 2015 no Brasil atingiu os jovens e, desses, 70% são negros. Conforme dados da Organização Mundial de Saúde compilados no Mapa da Violência publicado pelo CEBELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), no Brasil, entre 2003 e 2012, o número de pessoas brancas mortas por arma de fogo caiu 23% enquanto aumentou em 14,1% o número de pessoas negras vítimas de homicídio no mesmo período. Um novo relatório, também por ele publicado em 2013, registra um aumento de 326% dos homicídios de jovens entre 14 e 25 anos no

período de 1980 a 2011, desses mais de 56% eram negros.

O Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgou em 05/06/2016 que, entre 2005 e 2015, aumentou em 18,2% a morte violenta de pessoas negras enquanto entre pessoas não negras esse percentual caiu 12,2%. Assim, a chance de sofrer uma morte violenta é 23,5% maior entre os negros brasileiros.

A maior incidência das mortes violentas entre jovens negros não é, contudo, um fenômeno recente ou isolado. A tendência se combina com a abordagem violenta preferencial sobre os negros por parte das instituições repressivas do Estado que se estende desde o escravismo colonial.

O Brasil tem sua história manchada pelo mais longo período de escravidão negra da história mundial, não bastasse isso, além de jamais ter superado sua condição de economia agroexportadora não se definiu como um país de sólidas tradições democráticas, só para exemplificar, em 126 anos de República 75% dos presidentes dos presidentes governaram sem mandato popular, ou seja, não foram eleitos. Nesse contexto de arcaísmo e autoritarismo é que se pode compreender como as instituições de um Estado que se constitui proclamando-se liberal reproduzem na prática de seus agentes preconceitos ancestrais e o racismo típico da época dos capitães do mato.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Brasil de oligarquias e preconceitos

As marcas da escravidão negra no Brasil são irrefutáveis, mas as mesmas podem ser interpretadas por diferentes perspectivas. Desde as que a consideram como um aspecto positivo da cultura brasileira em sua “democracia racial” até as que apontam para uma opressão que se incrustou em todas as instituições sociais reproduzindo o racismo sob distintas formas em todas as situações da vida dos brasileiros. A oposição teórica entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes sobre a “democracia racial brasileira” produziu, no campo acadêmico, um importante debate sobre essa questão. De um lado, Gilberto Freyre se posicionou contrariamente ao racismo científico mas endossou em suas teses a idéia de uma “democracia racial” dentro da sua perspectiva de integração do negro a sociedade brasileira sob o impacto da miscigenação cultural. Conforme cita Guimarães (2001, p. 153), disse Freyre, em discurso no Real Gabinete Português, em 1962:

Meus agradecimentos [...] pela sua presença, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da “vária cor” camoniana, tanto se opõe à mística da “negritude” como ao mito da “branquitude”: dois extremos sectários que encontrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana.

De outro lado, Florestan Fernandes apoiou-se no estudos sobre as conseqüências da escravidão no Brasil e nos indicadores sociais sobre a situação do negro na sociedade brasileira para negar a dita “democracia racial” e afirmar que tal democracia poderia estar no horizonte do possível mas que ela até então inexistia pois havia, isto sim, um profundo racismo arraigado na sociedade brasileira. Segundo o autor *“Não se entende a situação do negro e do mulato fazendo-se tábula rasa do período escravista e do que ocorreu ao longo da instauração da ordem social competitiva.”* (2007, p. 66)

Da perspectiva crítica marxista é iniludível que a compreensão da violência e do racismo das instituições burguesas passa necessariamente pela consideração da complexidade que esse tema específica traz consigo haja vista as características da constituição histórica do racismo no Brasil.

2.2 Racismo e Violência a partir do Estado Brasileiro e suas vítimas preferenciais

A problemática da relação entre o racismo e classes sociais se inscreve num campo bastante polêmico e cheio de mediações. O caso brasileiro, em particular, revela-se como extremamente complexo dadas as características do processo de constituição do Estado brasileiro no que se refere (1) ao papel do comércio de escravos negros na formação econômica, política, social e cultural do país; (2) à desconstrução jurídico-política das relações escravistas com a abolição da escravatura e, após ela, por fim, (3) ao abandono dos negros à sua própria sorte acompanhada de um processo de abertura e estímulo a imigração de europeus brancos para integrar-se ao mercado de trabalho do país.

A consagração da adesão ao liberalismo capitalista se dá, no Brasil, ainda que precariamente, pela proclamação da República. Num país em que as bases econômicas da dominação capitalista não só se encontravam numa condição embrionária mas desenvolviam-se como forma periférica e subordinada no contexto do capitalismo global, a hegemonia burguesa se equilibrava numa situação de conflito de interesses entre frações de classe burguesa, a saber, grandes latifundiários, burguesia comercial-mercantil, uma incipiente burguesia industrial e representantes do capital estrangeiro que direcionavam ajustes macroeconômicos ao Estado Nacional brasileiro nascente (PERISSINOTO: 1994). Nesse sentido, enquanto aparelho de dominação de classe o recém nascido Estado burguês brasileiro que se apoiaria não só no exercício do poder pela força mas também pelo domínio ideológico, viu este último expressar-se na sobrevivência das tradições patrimonialistas cujas relações forjaram o caráter das elites oligárquicas com todos os preconceitos e corrupções que as caracterizaram.

A inserção dos negros nessa moderna sociedade brasileira é emblemática:

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo,

mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele. (BOSI: 1992, p. 271)

A produção teórica sobre a complexidade das questões étnico-raciais no Brasil conquistou maior espaço na última década, contribuiu fortemente para isso a introdução das cotas nas universidades e a maior inserção do negro na produção de conhecimento acerca da temática do racismo.

Da literatura que revisamos até aqui, os autores que articulam as especificidades da representação social do negro na sociedade com as desigualdades sociais geradas pelas relações de exploração fornecem o melhor instrumental de análise para que possamos definir o papel do racismo institucional na configuração de um modelo de intervenção do Estado junto à população negra. Além dos já enunciados ao longo desse projeto cito também, dentre outros, Andreilino Campos, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Amilcar Araújo Pereira e Sidnei Chalhoub. Há também uma produção teórica estrangeira de grande importância nos estudos sobre racismo, das quais destaco, em particular, o trabalho de Frantz Fanon, ancorada na crítica do colonialismo rumo a análise da violência como via de ruptura contra a dominação colonial.

2.3 O atual quadro do racismo estrutural e institucional no Brasil

A ideia de uma democracia racial que se constituía a partir de algumas abordagens teóricas produzidas no campo da academia e que interpretava as relações raciais no Brasil como pautadas pela cordialidade começa a perder espaço a partir do final dos anos 80 do século XX com o avanço da luta pela igualdade racial no contexto da redemocratização.

O racismo brasileiro, enquanto ideologia, transitou da legitimação científica eugenista a “pacificação teórica” do “racismo cordial”. A força da ideologia da democracia racial foi assimilada até por representantes do movimento negro como Abdias Nascimento, que afirmou num evento em 1968:

(...) considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde tem vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação. (NASCIMENTO: 1968, p.56)

A ditadura militar incorporou o discurso da democracia racial e o impôs em detrimento do movimento que a antecederia e que rumava para um amadurecimento do reconhecimento e do combate ao racismo por movimentos políticos dos negros e dos partidos de esquerda. Nesse período Abdias reposicionou-se sobre a questão em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro, em 1978, defendendo uma democracia pluri-racial.

Durante a ditadura os movimentos de minorias eram tratados no mesmo rol do movimento geral de enfrentamento ao regime, como prática subversiva. Para além do autoritarismo da ditadura, dentro da própria esquerda o movimento negro não tinha grande espaço, os movimentos organizados da luta contra a ditadura contaram com importantes militantes negros mas pouco espaço foi dado a memória desses

lutadores. Hoje ocorre um resgate histórico e político dessa participação recuperando a importância de membros da resistência como Oswaldão (guerrilheiro no Araguaia), Santos Dias (presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André, assassinado em frente ao sindicato), João Rodrigues da Silva (metalúrgico assassinado com um tiro pela polícia durante uma negociação de greve), dentre outros.

A ditadura deixou como uma de suas heranças autoritárias a militarização da polícia e a definição dos chamados autos de resistência. Criada em 1969 através de decreto, a Polícia Militar se definiu como força auxiliar do exército, tal caracterização se preservou na Constituição de 1988. Os autos de resistência serviram para caracterizar o assassinato dos “inimigos” do sistema como uma ação de “defesa” da polícia ante a

resistência armada da vítima, foi regulado em 1969 e em 1974 foi alterado no sentido de proibir a prisão em flagrante de policial por morte em confronto. Incrementada pela guerra às drogas e as necessidades do capital especulativo na área urbana, o recurso aos autos de resistência como racismo institucional se evidencia cada vez mais nas últimas duas décadas:

O número de homicídios de jovens brancos (15 a 24 anos) caiu significativamente no período entre 2002 e 2008, passando de 6.592 para 4.582, uma queda de 30% em seis anos. Entre os jovens negros, os homicídios passaram de 11.308, em 2002, para 12.749, em 2008, um aumento de 13%. Com isso, a brecha de mortalidade entre brancos e negros cresceu 43%. Isso comprova que não se podem trabalhar os dados de homicídio sem levar em consideração o corte racial, uma questão central para a democracia brasileira.

“Entre 1997 e 2012, o estado do Rio de Janeiro alcançou a marca de 12.560 “autos de resistência” (mortes de civis resultantes de ação policial). Um levantamento feito pelo sociólogo Ignacio Cano, na década de 1990, mapeou que as mortes decorrentes das ações policiais se concentram em favelas. Entre os casos analisados, quase a metade dos corpos recebeu quatro disparos ou mais, e 65% dos cadáveres apresentavam pelo menos um tiro nas costas ou na cabeça, configurando a prática de execuções sumárias¹.

Já nos anos 80 inicia-se o que Wacquant chamou de passagem do Estado Previdenciário para o Estado Penitenciário nos EUA, paradigma punitivo que se irradia pelo mundo e que encontra a fácil adesão do Estado brasileiro, dadas as suas características históricas. Considerando os preconceitos incrustados nas instituições do Estado, tais medidas fortaleceram os instrumentos para a abordagem violenta dos grupos historicamente preferenciais do aparato repressivo do Estado brasileiro, os pobres e os negros. O coroamento desse processo se evidencia pela ênfase das políticas de segurança pública na chamada “Guerra as Drogas”, procedimento que deslanchou uma onda de violência sem precedentes nas áreas pobres das grandes cidades, voltada para o varejo da distribuição das drogas que recruta a maioria de seus agentes entre as populações mas carentes, justamente aquelas em que a concentração da população negra é maior pelas razões históricas já mencionadas. Não me deterei nesse momento num aprofundamento mais pormenorizado da relação

1. Publicado em de <https://diplomatie.org.br/print.php?tipo=ar&id=1520>. Consultado em 22.02.2016

entre a criminalização das drogas e o massacre de negros nas periferias mas quero demarcar aqui a importância de não se negligenciar esse tema, uma vez que se pretende compreender a escalada genocida que impacta a vida dos negros e pobres do país.

A chamada 'guerra às drogas' passa a ser um recrutador eficaz de clientela para a letalidade do nosso sistema penal. Não é mera coincidência 'que a política criminal de drogas hegemônica no planeta se dirija aos pobres globais indiscriminadamente: sejam eles jovens favelados do Rio, camponeses na Colômbia ou imigrantes indesejáveis no hemisfério norte' (...) Assim, a expressão 'guerra às drogas' soa como uma metáfora, pois oculta que, como toda guerra, está voltada para atingir pessoas identificadas como inimigas. (ZACCONE, 2015, 139)

Nesse sentido, a Polícia Militar tem tido, até hoje um papel estratégico no controle dos diferentes grupos no espaço, especialmente nas cidades, vide, por exemplo, a sua atuação nas Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, vem de encontro a uma concepção militarizada de segurança pública que se volta contra a população pobre, que reedita a limpeza étnica extra-oficial na forma de uma política institucionalizada. Os territórios passam a ser demarcados numa perspectiva de “enfrentamento ao inimigo” sob o eufemismo do termo “pacificação”. Atende tanto a política de contenção de classe, como atende a segregação espacial e a legitimação do extermínio. No Brasil, as grandes capitais já apresentam níveis crescentes de violência policial com a elevação das mortes em autos de resistência e os desaparecimentos de jovens negros nas áreas pobres e da periferia, a introdução das UPPs fez decair durante algum tempo os índices de violência letal nas áreas pobres ao mesmo tempo que aumentou o número de crianças, adolescentes e jovens negros, um indicador do tipo de violência que se introduz nas “áreas pacificadas, conforme noticiado pelo UOL: “Dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) mostram que houve aumento no número de desaparecimentos nas 18 primeiras comunidades que receberam UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), no período entre 2007 e 2012.”²

A ideologia dominante voltada para a idéia de uma miscigenação diluidora de tensões foi confrontada pelo realismo das práticas racistas inscritas no cotidiano das instituições do Estado burguês brasileiro. A análise teórica da violência contra a população negra alcançou uma elaboração teórica mais clara e engajada graças a incessante luta dos negros contra o racismo e inserção no mundo acadêmico de modo crítico e contra-hegemônico ante as abordagens predominantes eurocentristas da questão racial.

O Brasil pós-ditadura militar transita ainda por uma precária e lenta chamada “redemocratização”, caracterizada pelo controle burguês do processo. Do final dos anos 90 para cá houve um impulso no atendimento das demandas do movimento negro pela introdução governamental de algumas políticas afirmativas e anti-racistas,

2. Publicado em 03/08/2013 em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-hpps.htm?cmpid=copiaecola>. Consultado em 22/04/2016.

mas o mundo e o país enfrentam um momento de crise capitalista e de acirramento da opressão de classe. Nesse contexto é que se verifica a busca pela restauração da hegemonia burguesa em meio a crise do regime de acumulação neoliberal do capitalismo. Conforme a análise de Gramsci sobre o Ascenso do fascismo, os momentos de crise de hegemonia a burguesia busca seu fortalecimento chamando a participação de setores ultraconservadores, identificados com as tradições “aristocráticas”. No caso da plutocracia brasileira essas tradições incluem um forte componente racista. Por outro lado, a confrontação recente dos preconceitos mais arraigados das elites sociais e políticas do país pela aplicação de políticas de inclusão e reparação dos negros suscitaram não apenas a escalada do ódio contra as minorias em geral como numa reação racista de caráter fascista materializada em violência civil contra negros nas ruas e nas redes sociais como no recrudescimento da combinação do racismo institucional com a violência institucional, o qual se expressa no genocídio da juventude negra, fato reconhecido e denunciado internacionalmente.

O Brasil mata 30 mil jovens por ano, destes quase 80% eram negros, segundo dados do Mapa da Violência 2014. O extermínio da juventude negra será denunciado nesta sexta-feira, dia 20, às 10h, em audiência sobre na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington.³

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, em sua fase neoliberal, precisou, de um lado, destruir qualquer resquício de políticas públicas e sociais e deixá-las todas disponíveis para serem exploradas pelo setor privado como “serviços”, da saúde a educação; de outro lado, dadas as condições cada vez mais opressivas e precárias impostas aos segmentos mais pobres da classe trabalhadora, o neoliberalismo precisou também incrementar seus instrumentos de controle social para assegurar a contenção das “classes perigosas”. No contexto brasileiro essa movimentação convergiu com processos e características específicas da constituição histórica do Estado brasileiro, um Estado que preserva em suas entranhas as marcas do autoritarismo e de preconceitos de toda a ordem, dentre os quais se inclui um preconceito estrutural violento que é o racismo.

A incidência da violência entre os jovens negros se relaciona com duas vertentes, a tradição do racismo presente nos padrões de sociabilidade brasileira e as políticas de contenção de classe legitimadas pela política de “guerra às drogas”. Os agentes de Estado reproduzem o caráter de classe e o elitismo das suas instituições, agentes esses cuja sociabilidade é perpassada pela sociabilidade do conjunto da sociedade brasileira com seus preconceitos e contradições. Um elemento tem servido de apoio fundamental na legitimação letal do racismo institucional, sem ele a sociedade não

3 . Publicado em <http://global.org.br/programas/extermínio-da-juventude-negra-letalidade-policia-e-violacao-a-vida-no-sistema-socioeducativo-sao-denunciados-a-organizacao-dos-estados-americanos-oea-nesta-sexta-feira-20/> .Consultado em 17.05.2015

repercutiria com tanta intensidade a um clamor punitivo de caráter tão violento e racializado, trata-se das corporações de mídia. As mídias atuaram, desde os anos 80, aqui no Brasil, como um verdadeiro poder paralelo de apoio a pauta do aumento da violência estatal, difundindo o medo através da espetacularização da violência, pela imposição de uma pauta convertida em programas diários cujo tema central é a violência cotidiana das cidades. Incita o medo e o ódio que servem de estofos ao frenesi do cidadão comum por um Estado punitivo, com leis severas e tolerante para com práticas violentas de seus agentes e dela mesma, como execuções e os linchamentos.

O que vemos, a partir dos exemplos infracitados e de tantos outros, é que a mídia estigmatiza a juventude, em especial os jovens negros, pobres e moradores da periferia. Ela os coloca numa invariável posição de criminosos. É como se a eles fosse vetado o direito a fazer outra coisa que não se envolver com tráfico de drogas, violência e crimes. O jovem oriundo das classes menos favorecidas, além de tantos direitos não respeitados, também não tem acesso ao direito à comunicação. Não se vê nos meios massivos, (salvo em casos de violência e tráfico de drogas) e tão pouco tem acesso à produção de informação.⁴

Nesse sentido, as lutas do movimento negro, e seu aliançamento com uma pauta que denuncie os fundamentos e o caráter da violência que extermina a juventude negra, atua como discurso contra-hegemônico na perspectiva da superação não só do racismo, mas das desigualdades subjacentes a todas as sociedades de classe. Todos os espaços tem sido ocupados nessa luta, das ruas às redes sociais. A disputa está na periferia, nas áreas nobres e nos espaços antes reservados aos brancos, como as universidades. Sem a emancipação humana, nenhuma forma de perseguição, seja ela de cor, gênero ou de classe, será possível.

O desafio dessa luta se complexifica dadas as tendências de hegemonia da ultradireita que se desenham no horizonte político brasileiro neste ano de 2018, o que representa uma pauta regressiva do ponto de vista não só político mas civilizatório que coloca em risco todas as conquistas obtidas pelas minorias discriminadas, particularmente a população negra periferia. As perdas que se apresentam no horizonte abarcam desde um recrudescimento ainda maior da política estatal violenta contra as periferias até a eliminação das cotas sociais para negros e pardos. Há portanto, um imenso trabalho a ser feito para reverter essa tendência por parte de toda a sociedade comprometida com a defesa da vida e o combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. (org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (orgs.). **Até o último homem**. São Paulo:

4. Extraído em 14.01.2016 de http://www.usp.br/anagrama/Silva_Juventude.pdf

Boitempo, 2013.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil.** 2. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

CRUZ, Marcus Vinícius G. da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

D'ÉLIA FILHO, Orlando Z. **Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

D'ÉLIA FILHO, Orlando Z. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos CEBRAP**, Nov. 2001, p. 147-162.

KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro.** São Paulo: Global, 1983.

OLIVEIRA, Reinaldo José (org.). **A Cidade e o Negro no Brasil: cidadania e Território.** São Paulo: Alameda, 2013.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades.** Petrópoles: Vozes, 2006. PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas: UNICAMP, 1994.

RAMOS Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito a origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (Coleção Pensamento Criminológico).

WACQUANT, Loïc. **Onda punitiva: o novo governo da insegurança social.** Rio de Janeiro, Revan, 2007

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480